

Brasília-DF, 15 de março de 2022

Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Fux

MD Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal – STF

c/cópia para todos os Ministros e Ministras do STF

Cumprimentando-o cordialmente, queremos, nesta oportunidade, solicitar-lhe uma audiência para que possamos apresentar algumas reflexões e propostas que, certamente, poderão ajudar o Brasil a superar a gravíssima e vexatória situação de destruição da Amazônia, e de aumento da violência e do descaso contra os povos indígenas e outras comunidades tradicionais que vivem na floresta.

Sabemos do compromisso dessa Alta Corte em favor do desenvolvimento sustentável do Brasil, que tem buscado por meio de importantes decisões recentes meios para aplicar a justiça em consonância com os ditames constitucionais relativos à preservação dos nossos biomas e ao combate às mudanças climáticas.

Como é de vosso conhecimento, a taxa de desmatamento da Amazônia divulgada no final de 2021 alcançou a inaceitável marca de 13.235 km<sup>2</sup>, entre agosto de 2020 e julho de 2021. Essa taxa de desmatamento representa um aumento de 75% em relação a 2018.

Desde 2019, já perdemos 34.125 km<sup>2</sup> da Amazônia. Essa extensão corresponde à soma do estado de Alagoas e do Distrito Federal em apenas 3 anos. Nesse período, perdemos 1,9 bilhões de árvores e aumentamos nossas emissões de CO<sub>2</sub> em 2 bilhões de toneladas.

Como temos sido alertados há tempos pelos cientistas, as consequências para a sociedade e para a economia brasileira serão graves e, em alguns casos, irreversíveis, caso não detenhamos esse processo destrutivo imediatamente. Grande parte da Amazônia se aproxima do ponto em que deixará de ser a exuberante floresta tropical úmida para se tornar uma floresta empobrecida, sem vida e vulnerável a mais incêndios com graves consequências para nossa economia, irrigação, agricultura e produção de energia além de abastecimento público.

Na condição de ex-ministros do meio ambiente do Brasil, reunimos neste grupo a experiência acumulada em mais de quatro décadas de construção da governança socioambiental do país, passando por todos os partidos políticos que governaram o país nesse período. Aprendemos com a experiência uns dos outros e buscamos cooperar para construir uma legislação socioambiental moderna e democrática com suas respectivas políticas públicas que se tornaram referências mundiais.

No que concerne ao combate à perda de florestas, mostramos ao mundo como se enfrenta esse problema. Entre 2004 e 2012 logamos reduzir as taxas de desmatamento em 83% e com isso se evitou que mais de 5 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> fossem lançadas na atmosfera, piorando ainda mais a situação do aquecimento do planeta. Nenhum país do mundo fez tanto pelo clima do planeta como o nosso nesse período. Isso trouxe credibilidade e posicionou o Brasil

como um dos mais importantes países no debate climático global, atraindo vultuosos recursos financeiros e apoios externos extremamente relevantes.

Acreditamos que um diálogo com V.Exa. configura passo fundamental na busca por reconhecer o importante papel desta Corte Suprema em reposicionar o Brasil no rumo que vinha seguindo, em total alinhamento com os valores e ideais que movem grande parte das nações civilizadas, qual seja, a integração da economia com a ecologia, a promoção da dignidade dos povos indígenas e das comunidades guardiãs da biodiversidade e a luta pela saúde climática do planeta. Em consonância com alguns dos mais importantes fundamentos da nossa Carta Magna (artigos 5º, 170, 225 e 231 da C/1988).

Estamos cientes da pauta proposta para o próximo dia 30 de março e que ações importantes relacionadas à Amazônia, ao Fundo Amazônia, ao Plano de Prevenção e Controle dos Desmatamentos na Amazônia, Metas relativas às Mudanças Climáticas, dentre outras (conforme documento anexo).

Por fim, agradecemos sua honrosa atenção e pedimos que essa audiência possa ser marcada com máxima urgência, pois a gravidade da situação assim o requer.

Desejamos a V.Exa. saúde e sabedoria no exercício da presidência da nossa Suprema Corte.

- Carlos Minc
- Edson Duarte
- Gustavo Krause
- Izabella Teixeira
- José Carlos Carvalho
- José Goldemberg
- José Sarney Filho
- Marina Silva
- Rubens Ricupero

P/

**André Lima**  
OAB-DF 17.878